

COLONIALIDADE DO PODER E SUJEIÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS E EDUCATIVAS NO ALTO TROMBETAS

COLONIALITY OF POWER AND BONDAGE IN SOCIAL AND EDUCATIVE RELATIONS IN THE ALTO TROMBETAS

Raimundo Nonato de Pádua Cância
Sônia Maria da Silva Araújo
Universidade Federal do Pará - UFPA.

Resumo

O artigo discute os entraves vividos pela população de origem africana no Alto Trombetas, região Oeste do estado do Pará, para resguardar e manter seu modo de vida tradicional, após suas terras serem transformadas em Reserva Biológica e na Floresta Nacional Saracá-Taquera. Esta pesquisa bibliográfica busca compreender a ideologia colonial e patriarcal nas relações interpessoais e educativas e reconhecer os processos coercitivos por meio dos quais se consolidou a ocupação daquele espaço. A teoria pós-colonial ajuda a refletir sobre a histórica desagregação social e marginalização vivenciados. Os resultados mostram que a população se refugiou na região para fugir dos trabalhos em regime de escravidão e passou por um processo de “re-escravização”, devido à relação de dependência e sujeição educativa às quais foi submetida, quando os castanhais passaram ao controle dos patrões.

Palavras-chave: Colonialismo. Patronagem. Alto Trombetas.

Abstract

The article discusses the barriers experienced by people of African origin in the Alto Trombetas, West region of Para State – Brazil, to protect and maintain their traditional way of life, after their lands were transformed into Biological Reserve and Saracá-Taquera National Forest. This bibliographic research seeks to understand the colonial and patriarchal ideology in interpersonal and educational relationships and recognize the coercive processes by which the occupation of that space was consolidated. Postcolonial theory helps to reflect on both the historical social disintegration and marginalization experienced. The results show that people took refuge in the region to escape the slave labor and underwent a process of “re-enslavement”, because of the relationship of dependency and educational bondage to which they were submitted when the Brazil nut groves passed to the control of bosses.

Keywords: Postcolonialism. Patronage. *Alto Trombetas*.

Considerações iniciais

A literatura especializada tem mostrado que poucos são os estudos no Brasil que se dispõem a problematizar as contribuições dos chamados estudos pós-coloniais. Esse construto teórico é fundamental, já que a colonialidade se mantém viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Enfim, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

Apesar de o colonialismo tradicional ter chegado ao fim, os autores do grupo Modernidade/Colonialidade entendem que as estruturas objetivas, os imaginários e a colonização epistemológica ainda estão fortemente presentes. Com base neste enfoque crítico, Quijano vai propor o conceito de *colonialidade do poder* para referir-se a essa estrutura de dominação que submetida à América-Latina, África e Ásia, a partir da conquista. A consequência é que na modernidade tal estrutura aparece como um fenômeno europeu e não global, do qual todo o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder. Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza (MIGNOLO, 2005).

A exemplo disto, as comunidades¹⁶ do Alto Trombetas, na região do Baixo Amazonas, no estado do Pará, há décadas, enfrentam uma série de dificuldades para resguardar e manter seu modo de vida tradicional, desde quando suas terras foram transformadas na Reserva Biológica do Trombetas (BE-

16 O termo “comunidade” é utilizado pela Igreja Católica para identificar as formas de organização de grupos de famílias ribeirinhas que residem ao longo dos rios e lagos do município de Oriximiná.

BIO) e na Floresta Nacional Saracá-Taquera. Tal processo teve início com a instalação da Mineração Rio do Norte (MRN) na região, na década de 1970. A partir de então, a mineradora de bauxita¹⁷ passou a representar, para os remanescentes¹⁸ de quilombos¹⁹, um elemento de desarticulação econômico-social e, principalmente, cultural.

Este estudo de cunho bibliográfico possibilita, sobretudo, a percepção da reorganização da lógica da colonialidade. Deseja-se compreender a ideologia colonial e patriarcal nas relações interpessoais e educativas no Alto Trombetas, assim como reconhecer os processos coercitivos por meio dos quais se consolidou a dominação e a ocupação do espaço. O dominado a que nos referimos aqui é o sujeito subalterno, “refere-se a pessoas na sociedade que são o objeto da hegemonia das classes dominantes [...] colonizados, trabalhadores rurais, operários e outros grupos aos quais o acesso ao poder é vedado” (BONNICI, 2005, p. 230).

Trata-se da compilação de pesquisas sobre a ocupação de um espaço e a movimentação de sua gente, as formas de reorganização interna das comunidades como matéria de sobrevivência, confrontada com a invasão colonialista. Por fim, evidencia a histórica

17 Na região do Trombetas a jazida de bauxita foi descoberta pela empresa transnacional *Aluminium Company of Canada* (ALCAN), em 1971.

18 O termo “remanescente” serviu para identificar populações que não poderiam ser confundidas com os quilombos históricos, nem associadas por descendência somente. É utilizado, portanto, para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados remanescentes de quilombos (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

19 Munanga (2001, p.25) explica que “Quilombo” é uma palavra da língua *umbundu*, que teve seu conteúdo sociopolítico e militar originado entre os povos africanos de línguas *bantu*. No Brasil, o termo foi originalmente utilizado para designar um espaço e um movimento de resistência ao sistema escravocrata, composto predominantemente por negros que fugiram e formaram núcleos paralelos de poder, produção e organização social.

luta e os confrontos da população de origem africana do Alto Trombetas com as corporações transnacionais que dilapidam a floresta e exploram os recursos minerais, como estratégia neoliberal em favor do sistema econômico da modernidade/colonialidade, e para beneficiar os impérios capitalistas na ordem transnacional do capitalismo global.

A relação de patronagem nos castanhais do Trombetas

Durante o período colonial e imperial, a atividade capitalista predominante na Amazônia era o cultivo do cacau e da cana de açúcar, que visava atender às demandas europeias. No fim do século XIX e princípio do XX, a borracha foi o principal produto de exportação direcionado ao mercado das grandes potências. No Pará, substituiu-se o extrativismo da borracha, após seu declínio de produção, pela exploração da castanha-do-pará. Essa exploração foi posteriormente substituída, na segunda metade do século XX, pela extração mineral, cujos interesses estavam voltados às grandes empresas transnacionais e aos empresários do centro-sul do Brasil. A exploração mineral perdura até os dias atuais suprindo a necessidade nacional e internacional.

Wanderley (2005) observa que à medida que o processo de privatização da terra avançou, os governos e os atores econômicos se incorporaram às terras ricas em castanhas criando um novo ator social, os “patrões dos castanhais”. A partir daí, criou-se uma nova forma de relação social por meio da qual a população de origem africana começou a ser introduzida à patronagem. As chamadas “redes clientelares” e sua articulação com as relações de patronagem constituem temas recorrentes na historiografia política recente e no período colonial brasileiro. Representam marca essencial das configurações de poder aos moldes do antigo regime português e

suas variações para os séculos XIX e começo do XX na história sócio-econômica-cultural da região amazônica brasileira.

Esse fato tem sido entendido como uma forma de “colonialismo interno”, o que ocorre quando elites locais, a partir de uma fronteira nacional, sob a proteção do Estado e de seus aparelhos, desenvolvem e desencadeiam projetos de colonização e conquista dos nativos e da geografia. No processo de inserção da população a esse novo sistema há uma série de problemas evidenciados que precisam ser estudados, entre eles, destacamos o constante endividamento.

[...] os quilombolas de fuga ou velhos quilombolas experimentam as duras provações da condição de trabalhadores e homens livres, enquanto os seus descendentes empreenderam, [...] a organização econômica e social das comunidades. Assim moveram-se entre o endividamento com os patrões, via extrativismo da castanha e a existência como camponeses. (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 114)

O endividamento, aqui entendido como servidão por dívida, tornou-se recorrente devido ao isolamento geográfico e a ameaça à vida da população, haja vista que os trabalhadores estariam expostos a um conjunto de condições degradantes, o que os fazia “emprestar” recursos dos patrões, com os quais já estavam endividados, e deviam trabalhar para pagar. Em razão dos laços que mantinham com os patrões, da mobilidade e da falta de alternativas de subsistência, era muito difícil que os afrodescendentes deixassem em definitivo esse tipo de relação de trabalho degradante.

À medida que se desenvolvia a economia da castanha, iniciava-se e elevava-se também o poder de certas famílias na região

pela posse indiscriminada das terras. Assim, as famílias Guerreiro, Picanço Diniz, Figueiredo, Almeida, Teixeira e Manuel Costa tornaram-se os “patrões dos castanhais” e, com isso, os políticos que passaram a responder pela região (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Há que se registrar também que no Trombetas muitos dos “donos dos castanhais” se tornaram grandes pecuaristas, latifundiários e madeireiros, em especial, nas áreas de terra firme do município de Óbidos, Faro, Terra Santa, Oriximiná, abandonando assim as comunidades onde estavam assentados os quilombolas.

Os titulares das terras passaram a ser os comerciantes e os fazendeiros das cidades mais próximas. Isso foi possível porque as terras que estavam localizadas às margens do rio Trombetas foram declaradas como referências na identificação e localização de imóveis rurais, obrigando-os a declarar em cartório por força do Decreto de 26 de abril de 1865, que obrigava o registro de terras transacionais (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p.56).

Tal fato contribuiu para a alienação de territórios já ocupados, principalmente pelos índios e remanescentes de quilombos, ignorando a ocupação anterior. Esses últimos, que viveram a tão sonhada liberdade nesse território, já se viam ameaçados por outras formas de manipulação. E a colonização continuava a caminhar sempre aos passos dos senhores e no horizonte de seus interesses capitalistas.

Em relação a alguns aspectos do sistema de patronagem na região do rio Trombetas, nos livros de batismo da Paróquia de Santo Antônio, do período de 1901 a 1941, consultados por Acevedo e Castro (1998), foi possível identificar, conforme expresso nos seus estudos, que em algumas relações familiares havia nomes de crianças afrodescendentes, cujo sobrenome era recebido, como forma

de adoção, dos padrões de seus pais. Outro fator pontuado na pesquisa foi que até 1894 não havia no município transcrição de posse de terras. Destaca-se que somente em cinco transcrições aparecem lavrados 49 monopólios de terras. As estudiosas registram que os políticos Carlos Maria Teixeira e José Clementino de Figueiredo escrituraram várias posses nesse período.

Com a propriedade das terras, a coleta da castanha, antes realizada pelas famílias nas comunidades aos arredores dos castanhais, agora passava para controle dos patrões. Nesse processo, ocorreu algo como a “re-escravização” das populações afrodescendentes, que passaram da agricultura e extrativismo autônomo para a relação de dependência e sujeição para com os patrões. Tais grupos, em constantes confrontos com situações de crise, desequilíbrio e ruptura, que provocaram reações, negociações e novas estratégias de aliança, foram inseridos numa outra dinâmica, num novo ritmo, não somente social, mas, sobretudo, político, em que a sujeição dos homens e das mulheres ou sua recusa a isso são as principais questões em jogo.

As relações de patronagem se estenderam por mais de meio século e se estruturaram num modelo paternalista e opressor que fazia uso da mão de obra do trabalhador sem lhes garantir os devidos direitos. Dessa forma, os quilombolas eram tidos como inferiores ao branco, sem vida pessoal, sem desejo de liberdade individual, um objeto de exploração apenas. A relação era caracterizada pela subserviência a um senhor “bom e generoso”, do qual eles eram dependentes e estavam subordinados, haja vista que se encontrava muito dependentes do trabalho servil no cultivo da castanha-do-pará.

A necessidade de minimizar a responsabilidade financeira com os trabalhadores nos castanhais fez com que os patrões

pensassem em estratégias para a diminuição de custos e responsabilidades e novas formas de manter a produção da castanha sob o seu poder. Assim, dados os interesses mútuos, eles passaram a “emprestar” o seu sobrenome para batizar os filhos dos afrodescendentes, que viviam nos arredores das fazendas, como uma maneira encontrada de fazer com que eles se sentissem membros da família dos patrões.

Desse modo, a relação passava a ser muito maior que a de um simples vínculo trabalhista, tornava-se uma a relação de falsa afetividade entre opressor e oprimido, consolidada agora pelo fato de esse último ser considerado um novo “agregado” da família. Cabe dizer que uma forma encontrada pelo opressor de minimizar os efeitos de seus males ao oprimido é fazendo com que eles se reconheçam agora como irmãos.

A princípio, pelo menos de forma dissimulada, a vigilância do patrão foi substituída pela confiança e fidelidade. As relações interpessoais com estreitos laços, aos poucos, formaram redutos eleitorais para os patrões dos castanhais, que se tornaram figuras políticas de peso regional, promovendo políticas variantes entre o assistencialismo eleitoral e seus interesses econômicos. Mas essas formas de gestão patronais da terra não se expandiram espacialmente pela Amazônia, concentraram-se na região do Trombetas (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

O senhor dos castanhais, portanto, como figura paternalista, desempenhou um papel central na conservação e na consolidação de uma estrutura social de matriz escravista. Entretanto, essa relação passou a apresentar novos contornos, pois o senhor tornava-se, ao mesmo tempo, um patrão menos “rigoroso” e mais “generoso”, devido à mão de obra e os saberes dos quilombolas serem fundamentais para a coleta da castanha, pois eles detinham o conhecimento da densidade da

floresta e do espaço. Era necessário esboçar uma realidade que mantivesse os trabalhadores em seus postos, sem que eles precisassem novamente fugir, motivados pelas punições violentas a que outrora seus antecedentes já haviam sido submetidos.

É nessa perspectiva que se enquadram as palavras de Gilberto Freyre quando expõe que já no século XX o Brasil patriarcal concebeu uma sociedade escravocrata mais complacente, mais humana que a britânica ou espanhola, haja vista que:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos - amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas da casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da Família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos. (FREYRE, 2002, p. 323)

A literatura passou a mostrar nas obras uma relação familiar moralizante, demonstrativa de boas relações entre senhores e escravos. Aparecem, sobretudo, personagens, como as mucamas, que caracterizam os seus amos como o paradigma da afabilidade e da generosidade aos outros. É a partir desta nova relação que passamos a compreender que a população de origem africana do Trombetas e os mestiços, sem voz própria, deixaram de intervir diretamente nas relações comerciais e passaram agora a condição de escravos. Eles perderam a ca-

pacidade de intervenção comercial; agora era o branco que lhe produzia o discurso, já que era o senhor que o orientava “afetivamente”, passando a existir apenas como objeto.

Entretanto, o preço e a importância regional da castanha começaram a decair a partir da década de 1930. O declínio da produção extrativista levou ao enfraquecimento das relações de patronagem, que atingiram sua decadência, ou extinção, na década de 1960. Os patrões dos castanhais perderam parte de seu poder socioeconômico, mas mantiveram seu poder político, administrando os órgãos públicos municipais e regionais, em face dos interesses econômicos dos fazendeiros.

Para Quijano (2005, p.20), em articulação com esse novo sistema de dominação social, foi também emergindo um novo sistema de exploração social ou, mais especificamente, de controle do trabalho, de seus recursos, de seus produtos. Para ele, todos os modos historicamente conhecidos de controle do trabalho ou de exploração, como escravidão, servidão, pequena produção mercantil independente, reciprocidade e capital, foram associados, articulados, em um único sistema conjunto de produção de mercadorias para o mercado mundial.

O autor ainda observa que nessa nova estrutura de exploração do trabalho e de distribuição de seus produtos, cada um de seus componentes é redefinido e reconfigurado. Comenta que esse sistema único de produção de mercadorias para o mercado mundial, é uma experiência histórica sem precedentes, um novo sistema de controle do trabalho, ou de exploração social. E observa que:

Os não índios e não negros eram amos, patrões, administradores da autoridade pública, donos dos benefícios comerciais, senhores no

controle do poder. E, naturalmente, em especial desde meados do século XVIII, entre os “mestiços” era precisamente a “cor”, o matiz da “cor”, o que definia o lugar de cada indivíduo ou cada grupo na divisão social do trabalho. (QUIJANO, 2005, p.20)

Os agora políticos, os mesmos patrões e donos dos castanhais, levaram consigo a falsa generosidade, a bondade dissimulada, a filantropia e a compaixão interessada para expandir suas ideologias, com base na mentalidade paternalista, aos outros lugares da região. Assim, de forma indelével, a imagem de indignância e de ingratidão dos afrodescendentes nos seus discursos eleitoreiros sempre esteve associada aos comunitários que não lhes demonstrassem apoio. A própria estrutura política social do município de Oriximiná, se observada ao longo das décadas, esboça um painel onde se notabiliza um esforço para manter as estruturas de uma sociedade cujo domínio inquestionável foi sempre de quem verdadeiramente esteve no poder: o senhor branco.

Colonialidade do poder, sobreposição territorial e desterritorialização

Desde os tempos dos mocambos até os atuais, nas comunidades remanescentes de quilombos, existe um percurso histórico de contínuas desterritorializações e reterritorializações, de fugas, vivências e de lutas. Após o enfraquecimento da ordem escravista, a reterritorialização se efetuava de forma bem distinta de como os negros haviam se organizado antes. Na última década do século XIX, “o movimento no rio Trombetas começava levemente a polarizar-se entre a frente de ocupação negra e a frente de ocupação branca” (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Inicialmente, o projeto de exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte foi composto pela união do capital financeiro nacional e internacional (*joint-venture*), cujo objetivo era construir um complexo de alumínio no estado do Pará, em decorrência da exploração do minério. O município de Oriximiná-PA foi escolhido, na década de 1970, devido ao seu potencial em recursos minerais (bauxita), e também para sediar um dos polos de desenvolvimento regional, implantado pelos projetos de integração nacional dos governos militares.

O projeto minerador da empresa e a pecuária desenvolvida na região debilitaram a já decadente economia extrativista da castanha. As novas atividades mudaram a base econômica, a organização socioespacial, local e regional, recriando as redes de atores sociais, seus interesses e discursos. A partir de então, “O interesse pela terra se deslocou da castanha para os recursos minerais” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 192).

A atividade mineral no Trombetas teve início em 1976. Após três anos de exploração promulgou-se no congresso nacional a proposta da empresa MRN de demarcação da Reserva Biológica do Trombetas (REBIO), à margem esquerda do rio, área não explorada em recursos minerais, porém, onde havia jazidas a serem mineradas. O Estado, de forma autoritária, considerou aquele espaço como vazio, o que lhes permitiu o entendimento de que fosse passível de ser dominado, colonizado e delimitado, ignorando os indivíduos ali residentes (WANDERLEY, 2008).

Em 1989, sob as mesmas orientações, delimitou-se a área da Floresta Nacional de Saracá-Taquera (FLONA), localizada à margem direita do Trombetas, incluindo as áreas concedidas para lavra. Nessa data, finalizou-se, até então, o processo de formação territorial desenvolvido pelo IBAMA no entorno do empreendimento minerador. A problemá-

tica no entorno da criação da REBIO parte do princípio de que ali havia um espaço desabitado. Ao partir desse princípio, o Governo Federal, ainda sob o controle ditatorial dos militares, demarcou a reserva sem levar em consideração os indivíduos ali residentes. Disso decorreu a sobreposição de territórios centenários utilizados por comunidades quilombolas ao novo território constituído pela Reserva Biológica do Rio Trombetas.

A delimitação da REBIO desagradou grande parte das comunidades que viviam nas imediações do rio Trombetas e que tinham sua economia e organização social ainda sob forte influência da exploração de recursos da floresta. As manifestações de descontentamento vieram de diferentes segmentos, majoritariamente, das comunidades afrodescendentes, dos comerciantes e interlocutores nacionais e internacionais (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Segundo Wanderley (2008), muitos afrodescendentes que estavam assentados à margem esquerda do Trombetas foram expulsos de suas terras, muitas vezes, sem a efetivação de qualquer indenização ou mediante ínfima quantia. Os diversos atos de violência foram denunciados pela pastoral de Oriximiná, durante a década de 1980, sendo essa a única forma de visibilidade para a população de origem africana. Algumas famílias se transferiram para outras comunidades quilombolas, passando da margem esquerda para a margem direita do rio, onde não havia repressão de forma mais direta, ou mudaram para fora da região do Trombetas.

Acevedo e Castro (1998, p. 201) observam que muitas famílias estabeleciam alianças entre si e discutiam a sorte quando fossem expulsas da área da reserva. Entre as vítimas, as autoras apontam que havia “oito pessoas muito velhas que, deslocadas de seu seio, se desestruturaram e vieram a morrer em pouco tempo”. Em Cachoeira Porteira, por

exemplo, “as comunidades já experimentadas pelas relações com as empresas que ali se instalaram, Eletronorte, Andrade Gutierrez e Engerio, revelam solidariedade com os moradores do lago Jacaré”.

Contudo, os conflitos territoriais para os quilombolas ainda não haviam acabado. Em 1981, O Grupo Ludwig vendeu as áreas de concessão de lavra da bauxita para a mineradora ALCOA que decidiu retomar o projeto. A empresa não conseguiu retirar de algumas áreas os remanescentes de quilombos, que se encontravam cercados, de um lado, pelas proibições de caça, pesca, roçado e extrativismo, engendradas pela REBIO; e, de outro, pela ALCOA, que ameaçava avançar sobre seu território. Em 1991, um acordo com a CVRD, assegurando a venda de bauxita de Trombetas para ALCOA, fez com que ela abandonasse o projeto, permitindo às comunidades quilombolas reassumirem seu território.

Os conflitos contra as grandes empresas, como MRN, ALCOA, Grupo Ludwig, ELETRONORTE, foram silenciados no país e marcam uma história particular de lutas da população de origem africana da região do Alto Trombetas. Todavia, é importante observar que não só os remanescentes de quilombos sofreram com os impactos do grande projeto na região, mas também outros tantos povos tradicionais que, assim como eles, perderam essa luta contra o capital.

Para o governo federal, principalmente durante o período ditatorial, comunidades tradicionais não poderiam servir de barreira para o progresso e o crescimento do país. Os pequenos grupos étnicos não podiam exercer poder de pressão perante o Estado, o que enfraquecia sobremaneira suas forças e de seus defensores nos embates no campo de disputa territorial contra as grandes empresas. Essas, por serem sustentadas por uma rede de interesses capitalistas nacionais e internacionais,

exerciam o poder sobre o território e sobre grande parte da população, além de possuírem total respaldo e o apoio das instituições públicas, cujos governantes também tinham interesses em futuro apoio eleitoral.

Apesar de acreditarem que fariam parte do “progresso” que ali chegava, os afrodescendentes, depois das empresas se estruturarem na região, viram seus conhecimentos e sua força serem ignorados e não servirem em nada para os empresários. Os quilombolas, que viviam no entorno e vislumbravam na mineradora a possibilidade de ingressar como assalariados e ascenderem socialmente, limitaram-se a um restrito número de funcionários contratados pelas empresas nas comunidades. Quando eles não conseguiam vagas nas empresas, eram empregados nos serviços domésticos nas residências dos grandes empresários.

A implantação da empresa mineradora nas terras onde vivia a população de origem africana trouxe uma série de mudanças, tanto na ação da empresa como nas características das atividades. A maior parte das funções nas empresas foi ocupada por profissionais “importados” de outros estados e até de outros países, restando os cargos de menor qualificação e de menor prestígio para a população local. De povos tradicionais eles passaram a viver numa espécie de “periferia”, novo lugar demarcado a eles pelo grande empreendimento.

Mesmo a ação do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) sendo considerada ameaçadora pelos moradores da região, muitas comunidades ainda permaneceram em seus territórios sobrepostos à REBIO. A suspeita de qualquer aproximação dos fiscais era motivo para que as famílias se refugassem no interior da floresta à procura de esconderijo. Há relatos de que os fiscais, às vezes, acompanhados pela Polícia Federal, entravam nas casas, quebravam ob-

jetos, jogavam a alimentação dos moradores no rio, apreendiam os materiais de trabalho, espingardas, facão, malhadeira e canoa.

Assim, afloraram-se conflitos decorrentes dos choques de interesses. O estilo violento e repressor do órgão começou a se alterar com a divulgação das ideias que buscavam a “humanização” na questão ambiental no âmbito das políticas públicas na década de 1990. Os conflitos tornaram-se intensos²⁰ devido a reserva biológica estar localizada em um território extremamente rico em recursos naturais, onde se localizavam os principais, melhores e mais densos platôs cobertos por castanhais, os grandes lagos e a densa floresta com infinidades de alimentos e de matéria-prima vegetal (WANDERLEY, 2008). Os quilombolas que vivem no interior da unidade de conservação e no entorno dela sempre se utilizaram desses recursos e do território para alimentação da família e para a geração de renda.

Segundo Wanderley (2008), com a demarcação e controle do novo território houve um processo de “cercamento” dos recursos naturais e das terras, antes espaços acessíveis e de livre circulação das comunidades. Os afrodescendentes, num primeiro momento, não tiveram vedados seus direitos de trabalhar como coletores, mas depois passaram a ser liberados apenas para entrar e circular na reserva na época de coleta de castanha.

Por volta do ano de 1985, com a instalação dos postos de fiscalização na entrada dos lagos Jacaré e Erepecu, o acesso passou

a ser proibido pelo IBDF, em qualquer época ou horário. Com efeito, passou a valer a lei que proíbe todo e qualquer tipo de exploração, considerando-as ilegais. Com a total proibição da entrada na área da REBIO e, por consequência, aos castanhais, só restava aos quilombolas deslocarem-se para os locais mais distantes e de difícil acesso até que atingissem novamente os castanhais.

Wanderley (2008) relata que os indivíduos ficam sem poder ter acesso aos seus recursos e, por não terem outra opção de sobrevivência, eles burlam as leis que os proíbem do acesso a seus direitos fundamentais. A desobediência às leis, levada a cabo pelos remanescentes, reflete a negação ao sistema imposto pelo Estado e pela MRN, dada a necessidade de consumo dos bens da floresta, direito exercido com a ocupação do território pelos seus antepassados. A problemática se agravou ainda mais, quando, ao infringirem a lei, eles passaram a ser vistos como “criminosos”.

O pesquisador relata que a cultura centenária de uso da natureza e de circulação sem fronteiras tornou-se crime sujeito à repressão do órgão regulador e da polícia, o que lhes poderia resultar em prisão, ou, como de costume no período, em tortura. Nesse contexto de proibição e necessidades, o IBDF, e posteriormente o IBAMA, eram os órgãos repressores e “protetores” do território ecológico no entorno minerador (WANDERLEY, 2008).

As unidades de conservação ambiental, por estarem em áreas proibidas ou restritas, foram desterritorializando comunidades quilombolas centenárias. Os remanescentes de quilombos ficaram impossibilitados de praticar atividades tradicionais, tendo que reestruturar sua cultura à nova condição territorial. E Wanderley (2008) considera a eficiência ambiental dessas políticas e dos territórios na região, sob controle do IBAMA e da MRN, altamente contestáveis.

20 Um dos mais comentados conflitos foi o envolvendo o lago Batata. A mina da MRN contaminou o Lago de Batata, onde 24 milhões de toneladas de resíduos de mina foram descartados. O lago também sofreu com a sedimentação causada por atividades de mineração. As denúncias acerca da contaminação chamaram atenção de muitas autoridades e ONG's internacionais. A MRN, como resposta às pressões externas, passou a promover projetos de recuperação do lago, tornando esse um dos principais *slogans* de legitimação da exploração do território sustentável.

Contudo, é importante observar que na última década do século XX e no início do XXI, os conflitos e as lutas continuaram, mas houve alguns avanços e conquistas por parte dos afrodescendentes. O movimento social dos quilombolas lhes proporcionou o direito de permanecerem dentro da FLONA e até mesmo da REBIO. As regras que impediam a exploração dos recursos naturais foram em alguns casos flexibilizadas (WANDERLEY, 2008). As comunidades também conseguiram titular alguns territórios, porém esses não se encontram no interior de nenhuma Unidade de Conservação, onde ainda permanecem os impasses.

A educação e as relações de poder nas comunidades quilombolas

Duque (2009, p. 150) observa que no processo de implantação do projeto minerador as comunidades sentiam-se ameaçadas, mas pouco ou nada podiam fazer a não ser permanecerem na área que ocupavam. O estudioso também registrou que quando de fato a empresa começou a produzir bauxita, as comunidades do Moura e Boa Vista passaram por um processo de “apadrinhamento”, que se configurava numa espécie de tutela por parte da mineradora. Mais uma vez as comunidades tradicionais voltaram a ser vítimas das estratégias de sujeição.

A multinacional prontamente atendia às solicitações oriundas das comunidades. A população ribeirinha podia até fazer compras no supermercado da MRN, construído para uso exclusivo de funcionários. Na escola, os alunos recebiam material escolar e fardamento padrão do Sistema Pitágoras de Ensino. No entanto, o pesquisador revela que isso, ao longo dos anos, foi mudando, pois a empresa mineradora passou a cortar ajuda às comunidades com materiais escolares, como farda, bolsa e sapatos. Houve uma espécie de racionamento do que era “ofertado” antes.

Ele destaca também que houve grande mudança quando as crianças da comunidade Boa Vista deixaram de frequentar a escola de Porto Trombetas. Com a construção da escola na comunidade, os alunos que estudavam até o 5º ano do ensino fundamental passaram a estudar na própria Boa Vista. Conforme os requisitos da MRN, somente a partir do 6º ano os alunos passavam a frequentar a Escola Professor Jonathas Pontes Athias, em Porto Trombetas, administrada, até meados da década de 1990, pelo Sistema Pitágoras de Ensino.

A partir de então, constroem-se outros modos de viver hierarquizados. Ao fazer referência aos movimentos sociais indígenas equatorianos e dos afro-equatorianos, Walsh (2005), nessa perspectiva, destaca que a decolonialidade implica partir da desumanização, como no caso em tela, e passa-se a considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Entretanto, esta forma de conceber as relações sociais no Alto Trombetas, dadas as demandas dos agentes do poder capitalista, não foi considerada.

Destaca também que há uma demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, e que esse reconhecimento requer estratégias de valorização da diversidade. Assim, considerando a segregação do espaço escolar ao qual a comunidade foi submetida, a população afrodescendente do Alto Trombetas viveu uma forma de confrontação das estruturas de subalternização dos Estados nacionais e do modelo econômico, como causa de relações de assimetria de poder.

Todavia, mesmo sabendo que cabia à União recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior, a MRN investiu na construção do prédio do *campus* da atual Universidade

Federal do Oeste do Pará, no município de Oriximiná, mas ignora a necessidade de empreender esforços para que a população de seu entorno tenha também acesso ao ensino médio, etapa necessária para que eles possam chegar às universidades. Esse fato faz com que o ensino superior ainda seja inacessível à população afrodescendente das comunidades, algo ainda muito distante da realidade de muitos comunitários, que ficaram estagnados com apenas a formação em ensino fundamental, ofertada nas comunidades.

Muitas pesquisas têm evidenciado que os afrodescendentes e os pobres tendem a se concentrar em escolas públicas, e que há grandes diferenças na qualidade entre o ensino oferecido nas escolas públicas e privadas. Quando se analisa a população de origem africana no campo educacional, sua desvantagem é destacada, o que condiciona seu estatuto de cidadania como de “segunda classe” (GENTILI, 2012, p.13).

Foi criado um centro urbano dentro da mineradora para dar suporte à atividade da própria mineradora, a cidade chamada Porto Trombetas, local de residência tanto de operários quanto dos gerentes da empresa. O modelo adotado contém áreas centrais e nobres para os cargos mais altos e áreas periféricas, com moradias menos valorizadas, para os operários. A própria organização do espaço é hierárquica, pois respeita a ordenação frequentemente baseada nas formas culturais dos grupos dominantes. A escola bem estruturada, naquele contexto, ajuda a atender as necessidades que tem a economia de um corpo de empregados estratificados.

Além dos poucos quilombolas que constituem o contingente de operários, há ainda trabalhadores vindos de Óbidos, Alenquer, Faro, Terra Santa e Santarém, municípios que também fornecem mão de obra para a empresa, formando uma espécie de “periferia” dentro do grande empreendimento, se forem consi-

derados os demais trabalhadores especializados que possuem os altos cargos, como os vindos do sudeste brasileiro, Minas Gerais e São Paulo, bem como os estrangeiros.

Esse fato produz um efeito invertido nas relações interpessoais, pois em vez de se analisar as causas da desigualdade social, transfere-se essa responsabilidade ao indivíduo, que agora precisa adquirir na escola, nem sempre acessível, as competências necessárias para não deixar de ser empregável. E assim, o discurso recorrente nas instituições, inclusive as escolares, é também o discurso neoliberal. Incute-se nos sujeitos a ideia de que, no processo de reestruturação do capitalismo, vencem os mais competentes, ou seja, os mais qualificados, aqueles que vão em busca de mais “habilidades e competências”.

Há nessa relação um pretensão desejo de universalidade desse saber, pois ele emergiu do interior de uma cultura dominadora e colonizadora, daí porque se diz que os “sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores” (SHIVA, 2003, p. 21). Dessa forma, há a negação do que se conhece como saberes locais em detrimento da perspectiva neoliberal que permeia a filosofia dos grandes empreendimentos instalados na Amazônia. Para Shiva (2003), nesse momento, acontece o primeiro plano da violência dita epistêmica:

O primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber dominante do Ocidente. A própria distância elimina os sistemas locais da percepção. Quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça negando-lhe o status de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos de primitivo e anticientífico (SHIVA, 2003, p. 22-23).

Para Machado (1998, p. 4), o discurso da empregabilidade, relacionado ao estabelecimento das competências, tem como suporte a ideologia do pensamento liberal burguês, ao defender a ideia de que a posição ocupada no mercado de trabalho pelo indivíduo é imediatamente definida pelos seus méritos individuais, para os quais seriam determinantes. Funciona como uma tentativa de “desresponsabilizar” o Estado por qualquer envolvimento nessa relação. Na ótica capitalista, a educação deixa de ser passível de interpretação e controvérsia, passa a ser simplesmente um campo de transmissão de competências e habilidades relevantes para o funcionamento do capital.

Ao relacionar pobreza e exclusão educacional, Gentili e Silva (1999, p.49-50) observam que o aumento da pobreza e da exclusão conduz à conformação de sociedades estruturalmente divididas nas quais, necessariamente, o acesso às instituições educacionais de qualidade e a permanência nelas tende a transformar-se num privilégio do qual gozam apenas as minorias. Tais processos, portanto, caracterizam a dinâmica social, assumida pelo capitalismo contemporâneo na região do Alto Trombetas, evidente no contexto mais amplo do sistema mundial.

Nesse sentido, é de se esperar também que a população afrodescendente do Alto Trombetas esteja em situação desfavorável com relação à partilha do trabalho na mineradora e demais empresas do entorno, pois além da discriminação sociorracial, há também o baixo nível de escolaridade para a sua inserção em cargos que dispõem de melhores salários. Pode-se dizer, com isso, que a intenção de transformar a educação numa extensão do mercado faz com que a mineradora e seus agentes adotem políticas que também se pautam em padrões de competição interna, de seletividade e de ajustamento do sistema educativo à demanda do mercado de trabalho.

Para compreender esses processos nas mais diversas realidades, talvez ainda seja preciso “desenvolver uma nova linguagem que dê conta dos complexos processos do sistema-mundo capitalista/patriarcal moderno/colonial sem depender da velha linguagem herdada das ciências sociais do século XIX” (CASTRO-GOMEZ; GROSFOGUEL, 2007, p. 17).

Todavia, as comunidades do entorno conseguiram se beneficiar de alguns serviços básicos trazidos à região pela mineradora. Ainda que seja uma questão problemática, de certa forma, a empresa acabou por “substituir” a função do Estado em serviços como saúde e educação. Em outras palavras, Althusser (1984) enfatiza que a escola, assim como outras instituições do Estado, como a igreja, ou outros aparatos, como o exército, ensinam certos tipos de “saber fazer”, entretanto, de maneira que assegurem o domínio da ideologia dominante ou o domínio de sua “prática”. Gentili (1996) analisa que os governos neoliberais deixaram nossos países muito mais pobres, mais excludentes, mais desiguais, pois eles incrementaram a discriminação social, racial e sexual, reproduzindo os privilégios das minorias.

É por isso que se diz que todos os aparatos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, inclusive a escola, concorrem ao mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, ou seja, das relações capitalistas de exploração (ALTHUSSER, 1984). Nessa linha de raciocínio, Mignolo (2005) afirma que as ciências humanas, legitimadas pelo Estado como um de seus aparelhos políticos-ideológicos, cumpriram um papel fundamental na invenção do outro. Para ele, essas ciências também criaram a noção de progresso.

Foi com essa perspectiva que se disseminou e se estabeleceu a ideia de uma Europa “superior”. O autor conclui dizendo que a expansão ocidental após o século XVI não foi

somente econômica e religiosa, mas, sobretudo, a expansão das formas hegemônicas de conhecimento e de um conceito de representação do conhecimento e cognição, impondo-se como hegemonia epistêmica, política e historiográfica, estabelecendo assim a colonialidade do saber (MIGNOLO, 2005).

A empresa mineradora na região é um cabal exemplo de que o colonialismo sobrevive, agora mais que uma imposição política, militar, jurídica ou administrativa. Apesar da descolonização, ele sobrevive na forma da colonialidade, já que as estruturas subjetivas e a colonização epistemológica ainda estão fortemente presentes, haja vista que também reprimem os modos de produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico da população de origem africana na região.

Considerações finais

Neste estudo, que desejou compreender a ideologia colonial e patriarcal nas relações interpessoais e educativas na região do Alto Trombetas, e reconhecer os processos coercitivos por meio dos quais se consolidou a dominação e a ocupação daquele espaço, foi possível também observar outros contornos que emergiram da atuação do Estado, como agente do neoliberalismo. Nesse sentido, a abordagem pós-colonial apresentou-se como uma ferramenta de análise significativa para observar os desdobramentos nas relações de poder estabelecidas nas relações entre Estado, multinacionais e a população de origem africana.

Verificou-se que à medida que o processo de privatização das terras avança, os governos e os atores econômicos se incorporam às terras ricas em castanhas criando um novo ator social, os “patrões dos castanhais”. A partir daí, cria-se uma nova forma de relação social por meio da qual a população de origem africana começa a ser introduzida à patronagem. A coleta da castanha, antes realizada pelas famílias nas comunidades,

agora passa ao controle dos patrões. Nesse processo, ocorre o que aqui é denominado de a “re-escravização” das populações afrodescendentes, que passaram da agricultura e extrativismo autônomo para a relação de dependência e sujeição dos patrões.

Nesse processo, a retórica do poder, utilizada pelos agentes das grandes empresas para legitimar a dominação do espaço sobre os povos recém-conquistados, foi a disseminação de valores tidos como universais, como a ideia de “civilização”, de “desenvolvimento econômico”, de “progresso” e, mais recentemente, de “democracia” e de “direitos humanos”. Foi possível também observar a complexidade de como se instauram essas relações, suas reproduções e desdobramentos.

Verificou-se que essa relação não se deu simplesmente como a exclusão social da população do lugar de pertencimento, mas também por desestabilizar uma estrutura maior, que ocorreu devido aos mecanismos de subalternização. Tais ações negaram não só o *status* da população afrodescendente como povo, como também seus direitos sociais e políticos, por meio de um processo de colonialidade complexo. E isso significou não apenas a sobreposição territorial e a perda do território, mas também o empobrecimento de todos os grupos humanos presentes nele, dando início assim a um projeto de racionalização do espaço em detrimento de um projeto civilizatório.

Enquanto os quilombolas são confinados à redução do espaço, limitando assim o desenvolvimento produtivo e econômico de seu povo, condenando-os a estado de precariedade, o Estado realiza nova colonização das terras a partir do estabelecimento das multinacionais em que a terra e sua posse se transformam em um importante dispositivo de negação e controle.

As marcas deixadas pela impossibilidade do extrativismo da castanha representam

a maior perda socioeconômica vivenciada pelos moradores do Alto Trombetas. As promessas de emprego à população, alimentadas pelos discursos dos políticos locais, não atenderam à demanda da população. Há certa proteção da mineradora por parte do poder local, fazendo desse elo uma relação paternalista e de extrema dependência entre as instituições, as elites locais, os políticos e a própria população para com a empresa.

A ferramenta mais significativa nesse processo esteve (e está) marcada pela escola, que leva a cabo a tarefa civilizatória, sustentando um conhecimento ocidental no território. O atual modelo econômico depredatório com os recursos da natureza e a negação da cultura e da história da população afrodes-

cedente instalam um estado de inferiorização, diante do aparato do sistema de ensino dispensado à elite das empresas instaladas na região.

A população afrodescendente do Alto Trombetas vive em situação desfavorável com relação à partilha do trabalho na mineradora, pois além da discriminação sociorracial, há também o baixo nível de escolaridade para a inserção em cargos que dispõem de melhores salários. A intenção de transformar a educação numa extensão do mercado fez com que a mineradora e seus agentes adotassem políticas que se pautam em padrões de competição interna, de seletividade e de ajustamento do sistema educativo à demanda do mercado de trabalho.

Referências

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. 2 ed. Belém: Cejup, 1998. DUQUE, A. N. F. **Quilombos do Trombetas: embates com o capital internacional na Amazônia**. Revista Historiar, ano I, n. I. 2009, pp. 138-159.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparatos ideológicos de Estado**. Cuadernos de Educación nº 9. p. 21-54, 1984.

BONNICI, T. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá: Eduem, 2005.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1933. Reedição, 2002.

GENTILI, P. et all. **Educação e população afrodescendente no Brasil: avanços, desafios e perspectivas**. Faculdade latino-Americana de Ciências Sociais. Série Avances de Investigación nº 76. Madrid, 2012.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. da. (orgs). **Escola S.A quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. CNTE: Brasília, 1999.

GROSGOUEL, R. **Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais**. In: Ciência e Cultura. São Paulo: v. 59, nº. 2, 2007, p. 32-35

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica – Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad e gramática de la descolonialidad**. Ediciones del Signo. Buenos Aires: 2007.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciênciassociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

_____. **“La nueva heterogeneidade estructural de América Latina”**. In: *Hueso Húmero*, No. 26, Lima, febrero, 1990. pp. 8-33.

_____. **Os Fantasmas da América Latina**. In Oito Visões da América Latina.

Adauto Novaes (org.). São Paulo: Editora Senac. 2007.

MALDONADO-TORRES, N. “**Sobre lacolonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In.: CASTRO-GOMEZ, S. & GROSFUGUEL, R. (cords.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogota: Siglo Del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporaneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MACHADO, L. **Educação básica, empregabilidade e competência**. Revista trabalho e educação. Belo horizonte, nº 3, jan/jul, 1998.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo**: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103.

MOURA, Glória. **Os quilombos contemporâneos e a educação**. In: Humanidades – Consciência Negra, Editora UnB, n. 47, 1999.

MUNANGA, K. **Origem e histórico dos quilombos em África**. In: MOURA, C.

(Org.) Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: Edufal, 2001. p. 21-31.

SALLES, V. **O Negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: UFPA, 1971.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

WANDERLEY, L.J.M. Da Senzala ao Quilombo: a construção de territórios alternativos a escravidão no Rio Trombetas- PA. In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais, NiteróiRJ. Anais do I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Niterói-RJ: Rede Rural/UFF, 2006.

_____. **De escravos livres a castanheiros “presos”**: a saga dos negros no Vale do Trombetas. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

WALSH, C. **Introducion - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad**. In: WALSH, C. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.

Sobre os autores

Raimundo Nonato de Pádua Câncio. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará - Brasil, na Linha Educação, Cultura e Sociedade; Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará. E-mail: nonatocancio@hotmail.com

Sônia Maria da Silva Araújo. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutoramento pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. E-mail: ecosufpa@hotmail.com.

Recebido em: 20/09/2014

Aceito para publicação em: 10/10/2014